



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 6 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 45 minutos.

Deu-se continuidade à apreciação conjunta, na especialidade das Grandes Opções do plano e o Orçamento geral do Estado para o ano económico 2015, auscultando o Ministro da Educação, Cultura e Ciência. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência (Olinto Daio), os Srs. Deputados Carlos Correia (ADI), Aérton

Crisóstomo (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), Ivo Mendonça (ADI), José António (ADI), Ângela Pinheiro (ADI), Salvador Afonso (ADI), Alda Ramos (ADI) e Abnildo d'Oliveira (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 14 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo Mendonça da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves Guiva

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde Sr. Ministro e o elenco que o acompanha.

Sr. Ministro, estamos na fase da discussão na especialidade das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015. O Sr. Ministro terá o prazer de nos brindar com as medidas de políticas e acções previstas nas GOP, falar dos devidos enquadramentos no orçamento e fazer a sua defesa. Por isso, convido-lhe a usar da palavra.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência** (Olinto Daio): — Muito boa tarde e muito obrigado pela oportunidade. De acordo com a própria proposta de orçamento que temos para o Ministério da Educação, Cultura e Ciência, está alinhado e em conformidade com o Programa do Governo e, sobretudo, com a carta política da educação, com meta para 2022.

Como sabem, há uma carta política de 2010 a 2022, com grandes acções, indicadores e metas que devem proporcionar a melhor qualidade no sistema da educação, tendo em conta que o Ministério envolve outro sector que é a Cultura, também com o reforço da identidade nacional.

Para o actual Programa, pelo *timing* que temos neste ano civil e económico, decidimos focalizar-nos em algumas acções prioritárias para garantir os ganhos que conseguimos no âmbito da universalidade do ensino e reforçar a questão da qualidade de todo sistema educativo. Esse reforço da qualidade do sistema educativo requer investir em algumas áreas que concorrem para essa qualidade, sobretudo no âmbito do ensino básico, que urge definirmos competências de ingresso e, por conseguinte, um esforço maior nesse ensino de educação pré-escolar.

Outro aspecto fundamental assenta-se na qualidade dos professores que, independentemente da implementação da Carreira Docente, visa a formação de professores, tendo em conta que actualmente no sistema temos quase 51% dos professores sem formação pedagógica. Por isso, temos a necessidade de investir seriamente na formação dos professores, para conseguirmos essa meta de qualidade no sistema educativo.

No âmbito do Programa do Governo, temos estabelecido algumas metas: garantia de um nível ideal e sustentável de acesso ao ensino de qualidade universal, num horizonte 2018; implementação de uma política direccionada para a formação e a capacitação de alto nível de gestão da classe docente; melhoria da qualidade e da eficiência na formação e na aprendizagem no sector da educação dos jovens e adultos. Por conseguinte, decidimos ainda, no âmbito das GOP, algumas medidas e acções que visem essa consolidação, como já disse, dos ganhos que o País conseguiu, no âmbito da universalidade: garantir a qualidade; apostar ainda na reforma curricular e pedagógica; implementação de algumas acções e medidas contra o insucesso e o abandono escolar; melhoria da qualidade e da eficiência do ensino e aprendizagem e toda a dinâmica na formação de professores, desde o sistema de formação à distância, o sistema de supervisão pedagógica, que implicará uma maior proximidade com o sistema educativo, portanto, a presença dos actuais metodólogos e inspectores nas escolas desempenha um papel mais decisivo no acompanhamento dos professores.

Como sabemos, sobretudo no ensino básico, a reforma foi implementada no ano 2006, mas não tivemos em conta alguns aspectos fundamentais de algumas medidas que deveriam reforçar o acompanhamento dessa reforma, tanto na supervisão pedagógica como na formação de professores. Por isso, este ano o nosso foco vai para esta acção, com os projectos de Educação de Qualidade para Todos e no âmbito ainda da Escola +, que tem um foco para o ensino Secundário e o projecto de Educação para Todos no Ensino Básico.

Ainda nessa óptica de garantia de qualidade de ensino, além de formarmos e capacitarmos professores, há a necessidade de valorizarmos os professores e premiar aqueles que trabalham, portanto, procurar um sistema de motivação, portanto, avançarmos também com um programa de valorização dos professores e um prémio nacional de professores.

Continuaremos ainda a garantir a acessibilidade da educação a todos os são-tomenses. Como sabemos, dos cerca de 100% dos jovens que entraram no nosso sistema da 7.ª classe, quase 26% chegaram ao 12.º ano e grande parte deles abandonaram a escola, porque não temos o segundo ciclo do Ensino Secundário em todos os distritos. Há uma necessidade de estendermos o segundo ciclo a todos os distritos. Onde existe uma infra-estrutura, tentar adaptar e criar condições para garantir esse segundo ciclo e onde não houver passará também pela construção de algumas escolas, como o liceu que pretendemos construir em Lobata. Portanto, trata-se de expansão e melhoria da capacidade de oferta, tanto no Ensino Básico como no Ensino Secundário.

Outro aspecto importante é a necessidade de trazermos para o nosso sistema aquela franja de crianças que são portadoras de alguma deficiência. Com o sistema em curso de educação de crianças com necessidades especiais, vamos continuar assim a adaptar também nas infra-estruturas escolares condições de acessibilidades e depois criar outras condições. Também já temos um dicionário, mas falta ainda criarmos um sistema curricular que possa ajudar essas crianças a estarem inseridas no nosso sistema de ensino. O grande desafio passa pela formação e capacitação de professores especializados nesses domínios. Vamos começar a trabalhar nessa acção com o ensino especial este ano, o que passa também pelo reforço do próprio Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC), que agora também faz parte integrante da Universidade de São Tomé e Príncipe.

Outro aspecto que também concorre para a nossa qualidade de ensino, que muitas vezes não é falado, é a questão de alimentação escolar. Esse aspecto, além de concorrer para a educação, é um aspecto importante na protecção social das nossas crianças. Por conseguinte, além das acções que estão previstas nas GOP e na dotação financeira para esse sector, há acções que estão a ser feitas no âmbito transversal, envolvem outros ministérios como a Economia e Cooperação Internacional e a Agricultura e Desenvolvimento Rural, para que esse processo passe a ser sustentável ao longo dos anos, tendo em conta que está em curso um plano, onde paulatinamente o Programa Alimentar Mundial (PAM) vai deixando algumas escolas e o Estado vai assumindo as outras.

No que diz respeito à inclusão, continua a ser de especial importância a garantia de transportes escolares para algumas crianças que vivem distantes dos seus centros de aprendizagens; bolsas de estudo e apoio também às famílias das crianças que estão fora dos centros escolares e que também carecem de algum apoio, como materiais pedagógicos. Também tivemos em conta esse aspecto no nosso orçamento, com uma bolsa de apoio escolar.

Não sei se devo entrar em detalhes dos projectos, mas genericamente são essas acções que dizem respeito, no âmbito da Educação.

Ainda no âmbito da própria gestão escolar, está em curso algumas acções que vão permitir um maior controlo do nosso sistema educativo, porque sabemos que temos muito mais professores no sistema para a necessidade real que do País. Isso acontece pelo facto de termos um excedente de professores que chamamos de professores extraordinários e, às vezes, os próprios professores efectivos não têm as horas que merecem. Por isso, há a necessidade de implementarmos um sistema de gestão escolar que irá permitir não só a gestão académica da própria escola, mas também dos próprios professores, o que nos vai ajudar a reduzir significativamente os custos com esses professores extraordinários, primeiro, distribuindo a oferta lectiva aos professores efectivos e depois, de acordo com a necessidade específica de cada escola e por disciplina recrutar esses professores extraordinários.

Então, com recurso à tecnologia de informação, vamos implementar um projecto que nos vai ajudar a ter uma gestão de cada escola. O Projecto Escola em Rede vai permitir aos professores e directores das escolas serem mais céleres na gestão das suas turmas, do próprio sistema escolar, dados estatísticos mais fiáveis, também a gestão de todo um processo académico dos alunos será mais fácil e, por conseguinte, a eliminação progressiva e radical de certificados e diplomas falsos que enfrentamos constantemente.

No âmbito da ciência, tendo em conta que acrescentamos uma dimensão da ciência e tecnologia ao Ministério, esse aspecto visa sobretudo o desenvolvimento do Ensino Superior, com foco para a área da investigação e ensino de ciências e de matemática, o que faz com que fortaleçamos a nossa oferta interna do ensino superior com cursos de mestrados e doutoramentos, de forma a capacitar os professores para a nossa Universidade. Progressivamente, ao investirmos nesse aspecto, estaremos também a investir na formação dos professores para o nosso sistema de ensino.

Como sabemos, os professores do Ensino Básico e do Ensino Secundário são formados nessas instituições, ou seja, tanto no Instituto Superior Politécnico (ISP) como no ISEC. Um investimento maior na vertente de pós-graduação terá um impacto, não só no âmbito social e económico do País, em termos de quadros formados, mas também no próprio subsistema da educação, com professores formados que possam dar resposta aos actuais desafios da educação.

No âmbito da Cultura, também continuamos a dinamizar acções. Foi elaborada, em 2012, uma carta de política de cultura em São Tomé e Príncipe e com a Direcção-geral da Cultura conseguimos avançar para a implementação dessa carta, visando essa meta que está nas GOP «valorização e preservação da identidade histórico-cultural de São Tomé e Príncipe».

Basicamente é esta a introdução e estarei disponível para entrarmos em especificidade e prestar alguns esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro está disponível para algumas intervenções, preocupações e esclarecimentos, no tocante à Educação, Cultura e Ciência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência, colegas Deputados: Queria intervir só em jeito de uma chamada de atenção, se calhar, na possibilidade de se encontrar, num futuro próximo, a solução para uma situação que julgo que é de extrema importância. Vejo aqui no orçamento do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, a aquisição de vários meios rolantes, tanto transportes escolares como outros e gostaria de perguntar ao Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência, tendo tomando contacto recentemente com a Educação, como é que vê a situação do pessoal que faz parte da inspecção da Educação. Não tenho a certeza se cá na ilha de São Tomé acontece ou tem acontecido, mas sei que na ilha do Príncipe os inspectores da Educação não têm um meio rolante para fazerem a inspecção nas escolas.

Daí que, a não ser que seja a minha ignorância e que não seja preciso, penso que como o próprio nome diz, inspecção, é qualquer coisa que a pessoa em função vai lá ter, vai ao fundo da situação e tem que estar constantemente, umas vezes com o aviso prévio, outras vezes espontaneamente, nas escolas, de forma que possam seguir os professores e monitorar melhor a classe de professores, para que não haja relaxe, como tem acontecido na nossa educação. Todos sabemos e é óbvio que qualquer homem está sujeito a esse tipo de situação, quando não sofre pressão.

Apesar de haver o Governo Regional, tendo em conta as dificuldades e os poucos recursos que tem estado a enfrentar, não sei se o Ministério da Educação, Cultura e Ciência não poderia chamar a si esta responsabilidade, de forma que os profissionais do Ministério da Educação, Cultura e Ciência do País, destacados na Região, os inspectores, pudessem dar um maior contributo na monitorização de professores nas escolas, porque de alguns anos a esta parte tenho visto que os inspectores da Região Autónoma do Príncipe, praticamente que não fazem o seu trabalho, estão mais no gabinete do que no terreno. Agora, se a política mudou, não sei, alguém terá de me explicar, porque o que sei e que aprendi é que os inspectores são para estarem a inspecionar as escolas e os professores e não para estarem nos gabinetes.

Há reclamações nesse sentido e penso que o Sr. Ministro encontrará uma forma, ou através desses nossos parceiros mais directos, conseguirá a oferta de um meio rolante, de forma que esses inspectores possam melhor fazer o seu trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — O Sr. Deputado Correia evocou inicialmente a questão da falta de transporte para a inspecção, mas ao fazer a sua abordagem tocou em toda a problemática da inspecção. Então, é uma questão muito mais vasta.

Gostaria de dizer apenas que estamos no processo de reforma à própria inspecção que não é só inspecção com os tais metodólogos, é preciso também avançarmos para o novo estatuto de supervisão pedagógica. A questão não é só o transporte, mas também recursos humanos, porque mesmo tendo transportes, o número de inspectores que existem, tanto no Príncipe como em São Tomé não é suficiente para dar cobertura à problemática que encontramos nas escolas. A par disso, está contemplada a aquisição de uma viatura para a Região Autónoma este ano.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais intervenções, contribuições?

Sr. Ministro, vejo no orçamento da Educação a verba 3824, consignada na Direcção Administrativa e Financeira, «construção de Jardim-de-infância em Alto de Ouro», Cantagalo. Em Alto de Ouro já existe um Jardim que no ano transacto beneficiou de uma reabilitação por parte da Câmara de Cantagalo e a Educação apetrechou com alguns materiais. Vejo aqui construção, mas não sei se se faz referência ao mesmo Jardim, alguma requalificação ou melhoramento, ou então se se trata da construção de um jardim de raiz.

Está no orçamento, na página 23 de 48.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Pois, temos aqui construções de jardins, não só este como também há outras obras que aparecem aqui de continuidade, dívidas que temos e que não foram pagas totalmente. Há coisas que precisam ser feitas e há coisas que precisam ser pagas, obras que ficaram paradas há 2 anos e não se pagou, obras que estão concluídas e não se pagou. Portanto, temos que saldar essas dívidas.

Neste caso, é para avançarmos para a ampliação e construção mesmo.

O Sr. **Presidente**: — É mesmo para ampliação do Jardim que já existe.

Srs. Deputados, mais contribuições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência, Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública, Caros Colegas Deputados: Uso da palavra para levantar uma questão que me preocupa, na sequência daquilo que levantou o Deputado Carlos Correia, relativamente à questão da inspecção, mas a minha preocupação vai mais para inspecção ao nível do Ensino Superior.

Tem-se verificado no País várias instituições do Ensino Superior a darem formações sem o devido enquadramento legal, universidades sem indicadores aceitáveis para se instituir como universidade e eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência, qual é a política do Ministério para fazer face a essa desorganização que se está a instalar ao nível do Ensino Superior.

De facto, as pessoas saem de lá formadas e vem para o mercado competir com as pessoas que formaram numa outra universidade, devidamente credenciada e com formações devidamente regulamentadas e vê-se que essas pessoas entram no mercado e concorrem de igual forma, sem qualquer critério aparente. Gostaria de saber o que o Ministério vai fazer para pôr cobro a este tipo de coisas, porque o Ensino Superior, mais do que levar o diploma para casa, é algo que considero muito sério.

O Sr. **Presidente**: — Tem a Palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Se percebi bem, não conheço nenhuma escola de ensino superior aqui em São Tomé a funcionar ilegalmente. Todas que estão a funcionar têm...

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD):— Qualquer instituição deve estar devidamente regulamentada. É nesse capítulo que me refiro. Também não consigo conceber universidades sem bibliotecas e sem laboratórios. São indicadores importantíssimos para que uma determinada universidade tenha credencial para instituir-se como tal. É essa a minha preocupação. Ao nível de inspecção do Ensino Superior, o que é que o Ministério da Educação tem em vista para fazer face a essas situações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — O problema está noutra nível agora. Quanto à criação de universidades, foram criadas e estão a funcionar. Quem fala do Ensino Superior, podia falar também do secundário e não só. Mesmo no âmbito do Ensino Superior, não é só o problema dos cursos que são feitos. Todos nós que estamos aqui que estudamos no exterior, os nossos diplomas não estão validados aqui em São Tomé e *a priori* não devíamos funcionar.

Já pensaram nisso? Quem certificou os nossos diplomas? Não temos enquadramento legal, nesse momento, que verifique que estudei em Paris e que o meu diploma é válido em São Tomé. Não existe. Então, de facto há um trabalho que temos que fazer. A Direcção do Ensino Superior é recente e também não tem quadros para trabalhar, mas por não termos pessoas especializadas, estamos a estabelecer parcerias com instituições externas, para avançar neste sentido. No mês passado, assinamos um protocolo com o Ministério da Educação de Portugal, que vai ajudar-nos a implementar um sistema de inspecção do Ensino Superior aqui em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência e felicitá-lo, pelo menos, em alguns aspectos fundamentais a nível da Educação.

Ao longo desses anos, o Sr. Ministro já teve a oportunidade de estar no Distrito de Caué por variadíssimas vezes e sei que há vasta preocupação ao nível da Educação no Distrito de Caué é do seu conhecimento.

Nas Grandes Opções do Plano, no capítulo «Aumento da cobertura e qualidade de ensino», gostaria que o Sr. Ministro da Educação me esclarecesse sobre a «implementação do ensino técnico profissional virado

para o mercado de trabalho». Se formos ver no OGE, não sei onde é que se vai conseguir verbas para a implementação do ensino técnico profissional virado para o mercado de trabalho.

A outra questão é para dizer ao Sr. Ministro que ainda no Sábado tivemos uma reunião, onde os pais e encarregados de Educação tiveram um encontro com a direcção local do ensino no distrito e houve grandes preocupações ao nível da gravidez precoce, principalmente em relação às alunas que frequentam esse ensino. A outra preocupação levantada naquele encontro tem a ver com o índice de negativas em algumas turmas e não se sabe de quem é a culpa. Se é dos alunos que não estão a estudar ou se são os professores que não têm tido tempo para dar aulas.

Vejo ainda nesse capítulo «Aumento da cobertura e qualidade do ensino», onde diz: «Criação de um sistema para avaliação das escolas, directores e alunos», gostaria de felicitá-lo, caso conseguisse implementar esse aspecto ao nível da educação. Pensando no caso dos Deputados da Nação, em termos de incompatibilidade, sabemos que ao nível da Educação há muitos professores que têm o nome na lista da Educação, mas fazem de conta que estão a dar aulas. Só assinam o livro de presença e vão-se embora. Então, nesta esteira de criação de um sistema para avaliação, ou seja, formação de coordenadores e de inspectores do ensino, poderia dizer não só para o Ensino Básico, como em todos os ensinos ao nível nacional, para que possamos saber como é que as aulas estão a ser dadas e se é que estão a ser dadas.

Ainda no Orçamento Geral do Estado, no capítulo 4858, é só em termos de esclarecimento, diz: «Construção da escola em Porto Alegre». Pelo menos tenho conhecimento que a escola de Porto Alegre só esta na sua face de conclusão.

Também ao nível de transportes, que esta no capítulo 1056, onde diz: «Manutenção de transportes escolares», Sr. Ministro, ao nível de Caué há um autocarro que foi dado por anteriores governos que é o autocarro «TATA». Sabem em que condições o autocarro foi parar no distrito e como tem sido gerido ao nível do distrito para fazer a deslocação de alunos de localidades como EMOLVE, Ribeira-Peixe, Dona Augusta até a cidade de Angolares, para fazerem o ensino secundário.

O anterior governo fez a importação de alguns autocarros e seria bom que o Ministério da Educação nos pudesse brindar com mais um autocarro, porque o número de aluno aumentou consideravelmente. Mesmo tendo-se estendido o ensino obrigatório até a 6.^a classe nas localidades, aquele autocarro TATA não é suficiente para transportar alunos da 7.^a até a 11.^a classe. Se um dia pudesse visitar o distrito no momento em que os alunos saem das aulas para irem para casa, talvez se tivesse um filho ou um primo naquele autocarro, mandaria descer, porque é pôr em causa a vida desses mesmos alunos.

Sr. Ministro da Educação, outra questão é relacionada com o liceu. Pelo menos, se a memória não me falha, ao nível do Distrito de Caué, sempre pensamos na possibilidade de termos um liceu no distrito, onde pudessemos fazer o melhor para que nossos filhos fossem formados. Falo de experiência própria, porque venho de uma localidade que é a Ribeira Peixe. Nos anos 80, para conseguir fazer da 5.^a até 7.^a classe, que na altura, existia no distrito, percorria aquela distância a pé. Hoje o distrito tem o défice de pessoas formadas, pessoas com maior capacitação. Temos alguns formados, mas não vivem no distrito, porque o próprio distrito não tem condições para que eles possam exercer as suas funções. É nesses termos que eu gostaria de pedir esclarecimento, também parabenizar pelo trabalho e pedir que a nível da Educação faça algo para o Distrito de Caué, porque só vejo no orçamento a escola de Porto Alegre e o jardim-de-infância em Ribeira Peixe.

É mais ou menos isso que gostaria de dizer, Sr. Ministro, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Obrigado Deputada Beatriz Azevedo. Toda a sua intervenção é pertinente, há questões que tomamos nota e que serão vistas para o ano, não estão neste orçamento, vou explicar daqui a pouco.

Começando pelo início, como dissemos, vai-se investir no ensino técnico profissional este ano, em função do estabelecimento que temos, dotá-lo de capacidades para mais oferta de cursos e acolher mais alunos.

Construir novos centros. Inicialmente, já em 2012, no âmbito da carta de política, estamos a discutir alguns centros técnicos profissionais, em alguns distritos. De acordo com a especificidade de cada distrito poderemos criar um polo de formação que possa acolher estudantes desse distrito, mas são questões que levam o seu tempo. Temos que reforçar o centro e rentabilizá-lo. Como sabem, cursos do ensino técnico profissional são muito caros, tendo em conta os seus equipamentos que são caríssimos e envolvem alto custo de manutenção. Portanto, mesmo aqui no Centro Politécnico de Santo António, já tínhamos feito, em 2012, um projecto de extensão, com residência para acolher estudantes, justamente de Caué, Lembá e do Príncipe, para que pudessem estar durante a semana lectiva concentrados no Centro Politécnico.

Em relação a algumas questões levantadas na reunião dos pais, é muito importante. É nosso propósito também dinamizar as associações dos pais em todas as escolas, para permitir essa interacção. Embora a Educação apanhe pela tabela, há questões, como a questão de gravidez, que não é tarefa da Educação como tal. Portanto, é uma questão partilhada, porque o que acontece na sala de aulas é da

responsabilidade do Ministério, mas o que acontece depois, não. Mas isso é um aspecto e a educação em casa também tem que acontecer, os pais têm que participar e resolver.

Outro aspecto, não sei do que é que a Sra. Deputada Beatriz falava, se era da presença das grávidas na escola, não sei se esse é o problema dos pais. Se é esse o problema dos pais, também é discutível, porque uma vez levantámos isso no Príncipe e há pessoas que defendem que as miúdas devem sair da escola e outras defendem que devem continuar na escola. Sou a favor de que elas continuem na escola, devemos acolher toda gente, porque a gravidez não é doença. Esse é o meu ponto de vista, mas é uma questão que podemos discutir noutra fórum, porque elas têm direito também a educação.

Quanto ao assunto que a Sra. Deputada levantou sobre o índice de negativas, de facto não é só esse problema que nos preocupa. Eles são diversos e requerem uma atenção urgente eficaz do nosso sistema, desde o ensino básico, o ensino superior, tendo em conta aquilo que os Srs. Deputados Carlos Correia e Aérton falaram, a questão da inspecção. É por isso que no Programa do Governo falamos da criação de novas delegações distritais e essas delegações serem equipadas com supervisores pedagógicos e inspectores, que possam estar mais próximos, acompanhando as escolas. Portanto, hoje as escolas estão à sua sorte e não têm muito acompanhamento. Cada escola tem o seu responsável, responsável de disciplina e responsável de classe, que às vezes não fazem o seu próprio trabalho.

Portanto, a questão é complexa, mas temos que avançar com essas medidas, essas reformas, que nos vão permitir avaliar os professores, tendo em conta a implementação da carreira, o que vai exigir que haja essa avaliação de competência e de desempenho. E certamente com essa avaliação, primeiro, poderemos tornar os professores mais responsáveis e, segundo, depois do recrutamento de mais professores, também fazer essa avaliação. Além da avaliação de professores, haverá também a avaliação dos próprios alunos, no âmbito da avaliação de competências, isto é, das classes todas, para sabermos o perfil de saída de cada classe. Precisamos saber se o aluno que termina a 6.^a classe do ensino básico tem as mesmas competências e habilidades de um aluno que estou no Brasil, na Austrália ou em França.

Ele tem que ter mínimas habilidades. Um aluno que termina a 10.^a classe tem que ter as habilidades mínimas adquiridas da 10.^a classe ao nível mundial, 12.^a classe, por aí fora. Portanto, também está em curso essa actividade de avaliação das competências. Em relação ao projecto de Porto Alegre, como dissemos, algumas acções que estão cá têm a ver também com alguns projectos que estão em curso. Alguns projectos foram parados por falta de verbas e por isso alocamos. Há ainda muita coisa por fazer, estamos ainda na fase de acabamento, para que essas escolas dêem respostas aos problemas que enfrentamos nos distritos.

São dívidas que temos e precisamos avançar para que essas obras terminem ainda este ano, para que no próximo ano lectivo possamos estar mais folgados em relação a questões de superlotação de sala de aulas.

Em relação à questão do autocarro TATA, essa questão já foi ultrapassada no distrito. Ainda na quarta-feira passada estive com os alunos de Caué, porque tínhamos prometido colocar mais um autocarro naquela frota Ribeira Peixe/Angolares e, em princípio, deveria estar a funcionar desde a segunda-feira. Não tenho informações se já começou ou não, mas tinha informações de que estava garantido que o transporte, na segunda-feira, deveria fazer esse trajecto Ribeira Peixe/Angolares. Se ainda não começou, como a Sra. Deputada está mais no terreno, esteja à-vontade, pode ligar para mim através do número 9900110, para avisar caso os motoristas não cheguem.

Como acontece em Praia Gamboa, pensamos que os motoristas vão, mas às vezes chegam ao meio de caminho, fazem os alunos descerem e vão-se embora. Portanto, às vezes não temos essa informação. Portanto, gostaria também de obter a colaboração de toda gente. As pessoas estão no terreno e se tiverem essa informação, podem informar-me, para tomarmos as devidas medidas.

Em relação ao liceu que a Sra. Deputada almeja, é nosso desejo também. No âmbito do orçamento do cidadão, identificámos duas urgências, um liceu na zona Norte e outro na zona Sul. Este ano vamos começar na zona Norte e no próximo ano, na zona Sul.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro obrigado, mas o número pareceu que os Srs. Deputados não conseguiram anotar. Podia repetir o número telefónico, por favor?

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Não dei para todos, só para a Sra. Deputada. É 9900110.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Mesmo a Sra. Deputada não conseguiu anotar. Tem a palavra Sra. Deputada Beatriz.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD):— Sr. Ministro, falei dos novos autocarros. O Ministério tem conhecimento das condições daquele autocarro que está no distrito. Porque é que o Distrito de Caué não foi

beneficiado com esses autocarros, se era preocupação do anterior governo enviar um outro autocarro para aliviar um pouco o sofrimento dos estudantes que andam naquele autocarro, que está no distrito?

Outra coisa também, Sr. Ministro, é sobre a gravidez nas escolas. O problema não está no facto de elas continuarem ou não os seus estudos. O problema é que aquilo tem vindo a agravar-se, porque as nossas crianças têm a tendência de imitar as outras. Se fizermos um estudo, antes das sensibilizações sobre a questão da gravidez na adolescência, músicas e mais, não havia um número tão alto de gravidez na adolescência como tem vindo a acontecer hoje.

Temos conhecimento de que, em alguns casos, são os próprios professores a serem os pais das crianças.

Qual é medida que a Educação tem tomado no caso de professores que têm esse defeito de assediar as alunas, professores que dizem às alunas: «Fica comigo e te dou nota»?

Murmúrios.

Srs. Deputados, não sei se posso continuar. Sou uma deputada que não faz ruídos na sala e gostaria que quando estivesse a fazer o uso da palavra não houvesse ruídos. Vamos respeitar cada um, estamos num local apropriado para falar, então sejamos adultos.

Sr. Ministro, a nossa gente não está habituada com a verdade. Sou da verdade e aquilo que puder fazer para que a verdade prevaleça, contem comigo. Por isso, a minha preocupação quanto à questão de gravidez na adolescência é, caso o Ministério tenha conhecimento de que foi o professor o autor, o que é que tem feito e faz para que esses casos não aconteçam no futuro?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Em relação a autocarros, dissemos que recebemos para reforçar a frota e estão em distribuição. Só estão a ver os autocarros que recebemos, mas não estão a ver os que deixaram de funcionar. Uns quatro estão parados e não têm solução, estão arrumados. Portanto, praticamente houve novos, mas a quantidade não aumentou significativamente.

Em relação à questão de gravidez, como dissemos, se são menores, há instituições próprias para que os pais possam denunciar. Em 2012, tivemos informações de casos de assédios, propostas dos professores para notas em troca de algo, foi feito um despacho ministerial, em 2012, que regulamenta esse assunto e foi distribuído em todas as escolas, de forma que as alunas possam denunciar e há medidas descritas nesse despacho que devem ser tomadas.

Portanto, devemos ajudar as pessoas a terem a coragem de denunciar, porque muitas vezes as pessoas não têm a coragem de denunciar esses factos. Portanto, no âmbito do Ministério, é se houver assédio do professor na sala de aulas. Se acontecer fora da sala de aulas, já não é da nossa responsabilidade. Dentro da sala de aulas é da jurisdição do Ministério da Educação. Se acontecer na discoteca e é menor, tem que fazer uma queixa ao Ministério Público. Na sala de aula, se um professor faz uma proposta a uma aluna, ela tem que comunicar automaticamente a direcção da escola e informar sobre a intenção.

Portanto, há um despacho feito em 2012 sobre isso.

Murmúrios.

O inverso também, uma professora que assedia um rapaz.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, a solicitação da Sra. Deputada é no sentido de saber qual é a penalização que o professor em causa deve sofrer.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Depois poderei facilitar uma cópia do despacho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Costa.

O Sr. **Ivo Mendonça (ADI)**:— Sr. Presidente, Sr. Ministro: É para reforçar aquilo que a Sra. Deputada Beatriz acabou de dizer, que é uma coisa muito grave.

De facto, os professores fazem propostas e condicionam as alunas com notas. Então, aproveitam essa fraqueza para violarem as alunas, que são menores, e elas não dizem aos pais, porque querem notas.

Acho que a Educação também deve ter mecanismos de acompanhamento desse processo, porque os professores não se denunciam e acho que deve haver uma política mais forte para evitar essa situação. Todos nós aqui sabemos disso, algumas alunas são menores, fracas, e isso é questão de género. Aparecem essas situações todas.

Não estou a culpabilizar o Ministério, mas o Ministério da Educação deve criar políticas e medidas, para acompanhar isso com seriedade, porque não é brincadeira, isso é sério.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

É só para dizer que, como professor, embora neste momento esteja a exercer a função de Deputado, fiquei satisfeito em ver aqui uma rubrica, na página 12 de 6 que diz: «Programa de valorização dos professores», mas como não percebi bem o que significa, gostaria que o Sr. Ministro explicasse um pouco mais.

Também há uma outra questão que tem a ver com a construção de salas de aulas, na mesma página, «Construção de escola secundária básica da Trindade, em Mé-Zóchi». Acho que deve haver uma falha, deve ser construção de salas de aulas.

Gostaria de aproveitar também para dizer ao Sr. Ministro que de facto é necessário a continuidade da construção dessas salas de aulas, porque temos problemas graves no que se refere a salas de aulas. Se olharmos hoje para Mé-Zóchi, Trindade centro, podemos verificar que os estudantes da escola Maria Manuela Margarido, para o próximo ano lectivo, vão ter problemas de salas de aulas. Ao serem construídas essas salas no centro da Trindade, acho que poderão ajudar a diminuir a enchente de alunos naquele liceu, tendo em conta que alguns níveis de ensino podiam baixar para a escola secundária da Trindade. Daí que de facto é importante acelerar ou aligeirar a construção dessas salas de aulas.

Essa é a minha contribuição, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Começando pela última questão, o Sr. Deputado fez referência ao novo edifício que está a ser construído, mas está parado já um tempo. Portanto, acaba por ser uma nova escola, mas está no mesmo recinto.

O programa de avaliação de professores é um programa que fizemos em 2012, mas outros problemas vão surgindo no âmbito do sindicato, por quererem ser mais motivados. Sabemos que o salário não é suficiente, então temos que desenvolver estratégias que possam dar ao professor um certo conforto na sua actividade. Portanto, não se trata de pagar mais, mas é um projecto que vai incorporar várias acções de formações pontuais.

Como a Sra. Deputada disse, em Caué, por exemplo, houve muitas negativas e, na sua análise, disse que não sabe se é o professor que não dá aulas ou se são os alunos que não sabem. Se calhar, há um professor que trabalhou o ano inteiro e deu todas aulas. Então, este pode receber um bónus de uma formação que o vai permitir ampliar mais o seu conhecimento e isso vai ajudá-lo a estar mais motivado. Também há outro projecto que é complementar, que é o prémio nacional de professores, que vem reforçar essa valorização, portanto, promover as boas práticas. Vai permitir que os professores que estão a ter boas práticas nas escolas possam ser promovidos.

Um exemplo prático, recebi duas professoras do liceu nacional que disseram: «Sr. Ministro, pedimos esse encontro só para conversar com Sr. Ministro. Somos professoras já há algum tempo, temos cerca de 60 alunos na turma e os resultados desses alunos não nos convencem. Sabemos somos boas naquilo que fazemos, mas também acreditamos que os nossos alunos não são assim tão burros. Alguma coisa não está bem.» Então, o que é que elas fizeram? As duas usaram a metodologia de separar os alunos por grupos, trabalhar por grupos e fazer os testes por grupos. Os resultados estão a ser excelentes. É uma experiência que elas fizeram e que ninguém sabe, mas pode ser promovida e disseminada por outras escolas.

Portanto, é um projecto que pretende desenvolver pequenas e boas práticas que acontecem. Por exemplo, dizemos que os alunos de agora que não querem aprender, ficam não sei quantos anos e não sabem ler nem escrever.

Estivemos no Príncipe, em Fevereiro, entramos numa sala de aulas em Porto Real, eram só 3 meses de aulas, e vimos alunos da 1.^a classe a escreverem. E não eram poucos alunos na turma. Havia muitos alunos na turma, só que a professora tinha na parede da turma todas as fichas daquele tempo de magistério primário, porque estudou naquele tempo, com aquela metodologia. Tinha aquelas fichas bem colocadas e novas na turma e trabalhava assim com os alunos. Os alunos ficavam a olhar para aquelas fichas e a fazerem as suas sílabas, etc. Portanto, são práticas. Mas outras professoras da mesma classe não o fazem. Como promover aquela professora para a estimular? Quem trabalhou, merece alguma coisa. Então, temos que estimular essa pessoa. Portanto, é um projecto para valorizar quem está a trabalhar e estimular essa pessoa para que possa ir mais além. É essa a ideia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Deputados: Sr. Ministro, a minha preocupação é sobre o actual Instituto Superior Victor Sá Machado. Anteriormente era Instituto de Ciências de Saúde, hoje foi transformado em Instituto Superior e será um dos pólos da Universidade de São Tomé,

mas a minha preocupação é: no Ministério da Saúde, temos um plano de desenvolvimento de recursos humanos que foi financiado pelo Banco Mundial.

Tomei conhecimento que ultimamente já não têm promovido formações médias, esperando então iniciar as formações superiores. Então, gostaria que o Sr. Ministro me explicasse isso melhor, porque todos os nossos profissionais que fazem parte de formações médias dizem que estão atirados à sua sorte e sem orientação nenhuma. Então, gostaria de saber, Sr. Ministro, qual é a política para resolver essa situação, visto que temos um plano que ainda não cumprimos, porque ainda temos falta de técnicos médios.

Outra é nas despesas correntes, vejo em algumas direcções que fazem parte do seu Ministério, por exemplo, comparando a quantidade da verba disponível para a compra de combustíveis para a Direcção de Inspecção-geral e Supervisão, em comparação com a Escola Politécnica, tem um valor inferior. Então, gostaria de saber qual é o critério de distribuição, visto que o Instituto Politécnico nem um gerador de energia tem. Não sei para quem são os combustíveis. Em comparação com a direcção que faz a inspecção ao nível nacional, vejo que há uma discrepância quanto ao valor.

É essa situação que gostaria de saber.

O Sr. **Presidente**: — Tem o Sr. Ministro da Educação, Cultura e Ciência.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Bom, se calhar, começarei pela última.

A Inspecção tem menor verba em relação ao Instituto Politécnico. A diferença é que a Inspecção não tem carros e o Instituto Politécnico tem carros, tem um gerador e tem máquinas, que vão consumindo combustíveis, para a formação profissional. E têm que fazer a gestão também, enquanto na Direcção de Inspecção a gestão é feita pela Direcção de Administração e Finanças (DAF), os carros estão todos afectos à DAF e é a DAF que faz a gestão do combustível. Portanto, é por isso que tem esse valor.

Em relação ao Instituto Vítor Sá Machado, não tenho essa informação que a Sra. Deputada passou, que não estão a fazer cursos médios. Estive lá ainda há três semanas com o Ministro da Educação de Portugal visitando e vi as pessoas. Portanto, não tenho informações de que não há formações médias. Não tenho essa informação, mas vou informar-me.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI):— Sr. Presidente, só um esclarecimento.

A formação que está a decorrer aí, Sr. Ministro, já vem desde 2011, salvo erro. Algumas já terminaram, mas não dão início a outras, porque não têm orientações nenhuma. É nesse sentido que gostaria de obter explicação.

Disseram-me que tudo está entregue ao Ministério da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Se uma escola é autónoma, não é o Ministro que vai dizer para arrancar novos cursos. A própria escola tem que avançar com os cursos. Agora, quanto à formação de quadros do Ministério da Saúde, como agora a instituição é autónoma, depende de uma universidade que é autónoma, se o Ministério da Saúde precisa de novos quadros, tem que informar que precisa formar novos quadros, para que possam criar novos cursos.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada ficou esclarecida?

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Não.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Anteriormente a escola estava ligada ao Ministério da Saúde, para formar quadros da Saúde. Hoje, a escola está filiada à Universidade de São Tomé e Príncipe. Portanto, não é só formar aqueles técnicos da Saúde, mas também outros técnicos. Então, a escola como uma instituição universitária tem que ser dinâmica e oferecer novos cursos.

Agora esses cursos profissionais é bom para o Ministério da Saúde, é preciso novos quadros. É preciso mais enfermeiros. É uma questão de diálogo simples, a escola está filiada à Universidade, ela continua sendo a mesma escola. O problema está mais em nós, o humano que não gostamos de dialogar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salvador Afonso.

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Antes de mais, quero saudar o Sr. Ministro por esta tarefa tão árdua e tão complicada, que é a Educação, Cultura e Ciência. Por acaso, temos que reconhecer que isso é muito forte e quase sem dinheiro, mas o Sr. Ministro tem estado a demonstrar um grande trabalho.

No nosso orçamento, na página 23 de 48, só queria um esclarecimento com relação à escola básica de Madalena. Temos aqui 1 bilião de dobras, creio que há uma escola em construção em Madalena. Essa verba seria para dar continuidade a essa escola ou vamos ter uma nova escola, o que já esperamos há muito tempo e Madalena muito bem merece?

A segunda questão tem a ver com a Cultura. Relativamente às nossas línguas, estão identificadas. Aqui em São Tomé há o forro e o n'gola, no Príncipe sabemos que o lunguê já foi introduzido na escola, já se fala de uma forma legal. Aqui em São Tomé ainda temos muitos entraves com a nossa língua mãe. Sabemos que é a nossa grande riqueza e estamos a falar da identificação dos são-tomenses, o *santomé*.

Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro, se calhar aproveitar a sua presença, já que no documento não fala nada, se se está a pensar em introduzir efectivamente a nossa língua mãe na escola, para que ela seja uma língua falante. Sendo assim, é de felicitar, porque em todos os países, inclusive os países africanos, quando se chega, o que se ouve primeiramente é a língua nacional. Não sendo assim, é uma questão de aconselhar para que possamos pensar em introduzir, Sr. Ministro, sobretudo porque estamos à espera.

Já sabemos que há várias movimentações de tradução de línguas aqui, mas será que a Direcção da Cultura tem conhecimento? Se tem conhecimento, como é que está a valorizar isso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Cultura.

O **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Como dissemos, sobretudo os projectos que estão nesta página, grande parte deles encontramos, no caso dessa obra de Madalena, foi lançada em 2013. Lançou-se a pedra. Queremos acrescentar cimento e área para avançar com a construção. Lançou-se o concurso, mas não se deu seguimento, é uma nova escola.

Em relação à língua mãe, antes de responder à pergunta, queria fazer um apelo ao Sr. Deputado. É verdade que precisamos aprender a nossa língua na escola, temos que a tornar prática no dia-a-dia, então, porque não uma vez por mês, aqui na Assembleia, falar-se só as nossas línguas?

Risos gerais.

Pensei em fazer isso no Ministério. Todas as sextas-feiras a gente falar só a nossa língua. Não é só na escola que podemos falar a nossa língua. Para isso, temos que formar professores, prepará-los e isso pode levar muito tempo. Mas há coisas que podem ser informais, sem termos aquela gramática que requer custos de impressão, etc., podemos começar espontaneamente. *Tudu teça-fela naí sembleia nom ká flá lungua nón*. Pode ser um desafio.

Sr. Deputado Salvador, esta é a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro está a levar os Srs. Deputados ao suicídio.

Risos gerais.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Suicídio não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Começo por felicitar o Sr. Ministro da Educação com relação à estratégia, a boa vontade, a sua iniciativa no que toca a introdução de produtos locais na alimentação escolar. Agradeço bastante, mas quero aqui dizer ao Sr. Ministro que é ainda necessário trabalharmos muito na sensibilização, para que os alunos comecem a consumir na realidade os produtos locais. Temos tantos produtos como a banana seca, o bôbô-fito, produtos que as crianças podem levar como merenda para a escola, às vezes mesmo como pequeno-almoço.

Uma Voz: — A Sra. Deputada está a fazer campanha.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Eu não estou a fazer campanha...

Risos.

...no entanto, é necessário, porque tem havido algumas críticas, enfim, não vou aqui dizer, poderei falar depois com o Sr. Ministro. Peço que nessa estratégia que está ali indicada se inclua a campanha de sensibilização para o consumo de produtos locais. Até posso acrescentar que o surgimento do PAM, é minha forma de ver e analisar, veio também empobrecer um pouco os agricultores. Se naquela altura pensássemos no Programa de Alimentação Escolar, se calhar nem teria surgido o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) e toda a gente estaria voltada para o cultivo e produção de produtos agrícolas e fornecê-los às escolas, quer fresco quer transformado.

O segundo ponto é relativo à Casa da Cultura. Os turistas chegam, visitam São Tomé e Príncipe e o que dizem? Que não sabemos tirar o dinheiro no bolso dos turistas. Não sei ao nível da cultura o que se tem feito. Por exemplo, num final de semana, não há nenhuma parte onde se possa ir divertir. Talvez apenas na

Casa das Artes, Criação, Ambiente e Utopias (CACAU), mas não havendo a CACAU, não há nada. Temos que nos deslocar para as roças, para observar as paisagens, e mais nada. Um grupo cultural, mesmo na Casa da Cultura, não se vê nada.

Gostaria que o Sr. Ministro dissesse alguma coisa sobre isso, se há algum plano com relação ao desenvolvimento da cultura e dos grupos culturais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — A questão de alimentação escolar é uma questão muito séria, e aqui também faço um apelo aos Srs. Deputados. Em 2011, aqui nesta sala, tentei pedir o apoio dos Srs. Deputados, para conseguir aprovar a lei do PNASE, para alimentação escolar. Só que infelizmente faltava avançar para a outra fase que é implementação e estabelecimento de estratégias de programas concretos. Isso não foi feito, depois o governo caiu, etc. Estamos a trabalhar agora com os nossos parceiros, para ver se organizamos, dentro de 2 ou 3 meses, um congresso sobre a alimentação escolar. Vamos envolver as instituições privadas, parceiros, deputados, agricultores, porque a alimentação escolar não deve ser vista como uma questão do Ministério da Educação, deve ser encarada até como uma questão económica do País.

O papel da educação não é alimentação escolar, mas sim ensino e aprendizagem. Essa dimensão pode ser assumida por outras vertentes. É uma questão que estamos a trabalhar e há uma equipa já a pensar nisso, com os temas para realizarmos esse congresso, já solicitamos até o apoio do PAM.

Sobre a Casa da Cultura, tem a ver também com o nosso estilo, infelizmente. Temos muitos grupos culturais, às vezes as pessoas queixam-se da falta de oportunidade, mas quando se oferece oportunidade não recebem. Estão sempre à espera de apoio, apoio. Desse jeito, nunca mais a gente cresce.

Se convidarmos um grupo cultural para uma actividade, pedem um valor exorbitante; se convidarmos outro que é estrangeiro, dizem: «ah, são são-tomenses, mas foram buscar estrangeiros». Às vezes os estrangeiros pendem muito mais barato, como aconteceu em 2012 aquando do «Festival Gravana». Houve cantores cabo-verdianos que vieram quase de graça, só pagamos as viagens.

Como esse é o mês da cultura, solicitamos várias instituições, mas perguntavam quanto é que íamos pagar. Se fosse um festival para se receber pessoas e cobrar ingressos, então podíamos pensar numa receita alta para pagar às pessoas. Como não temos recursos, é difícil encontrar pessoas que queiram trabalhar connosco.

Felizmente, já em 2012, lançamos um desafio aos músicos para criarem uma associação. Já criaram e estamos a trabalhar com eles em algumas actividades. O objectivo é para a Casa da Cultura entregar essa gestão aos grupos culturais, para dinamizarem a Casa da Cultura, o salão na parte de traz. São oportunidades que os músicos podem ter para crescer. A estratégia passa por envolver os grupos culturais na própria gestão dos centros culturais, para ver se ganha mais sustentabilidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, não se incomode com a minha inquietação. É a única oportunidade que temos.

A minha preocupação é ligada à Cultura. Sr. Ministro, é do seu conhecimento que no Distrito de Caué, principalmente na cidade de Angolares, o único centro recreativo que tínhamos, em 2006, foi improvisado como salas de aulas para o ensino da 9.^a classe, porque na altura os pais e encarregados de educação reclamavam a continuidade do estudo dos filhos. A iniciativa foi boa, mas com a intenção de que fosse a curto prazo. Aquilo já está entregue ao Ministério da Educação desde 2006 e hoje o distrito carece de um espaço de animação cultural para que a nova geração possa estar mais activa nas nossas manifestações culturais.

A minha preocupação é saber até quando esse espaço vai estar ocupado pelo Ministério da Educação, sabendo que é o único espaço que tínhamos para as actividades culturais.

A outra preocupação é em relação a bolsas de estudo, no capítulo 1059, Direcção-geral do Ensino Superior e Ciência. Sabemos que ao nível do Ministério da Educação, quase todos os anos lectivos concede-se bolsas de estudo. Gostaria de saber do Sr. Ministro como é que são distribuídas e se, para o próximo ano lectivo, que começará em Setembro, os alunos do Distrito de Caué serão contemplados.

Outra preocupação é ao nível dos estudantes que se encontram fora do País a continuarem os seus estudos, mesmo aqueles que não foram directamente de bolsas do Ministério, mas através de inscrições abertas juntamente com a Fundação Mãe São-tomense, na altura, com as câmaras distritais. Sr. Ministro, há necessidade de contemplar alguma verba para esses estudantes, que se encontram numa situação precária, porque não estão inscritos na lista de bolsas do governo, mas sim de outras entidades.

Gostaria de dizer ao Sr. Ministro que se a Câmara Distrital de Caué fizer a proposta de pagamento dessas bolsas, é um compromisso que vem assumindo ao longo dos anos, mas que o Ministério apoiasse, porque só ao nível de Caué todo esses anos não conseguiríamos formar os nossos filhos.

Ligado ainda à Cultura, não sei como é que foi feita a eleição dos melhores cantores do ano, onde os Calema ganharam o prémio de melhor música do ano e melhor cantor nacional. Sabendo de antemão o que eles têm vindo a fazer para expandir o bom nome de São Tomé e Príncipe no estrangeiro e não só. A minha pergunta é se houve algum prémio, porque segundo eles, até hoje não receberam nenhum agradecimento a nível da Cultura nem de outras entidades são-tomenses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Mendonça.

O Sr. **Ivo Mendonça** (ADI). — Sr. Presidente, Sr. Ministro, falando da cultura, gostaria de fazer uma pergunta. Há uma manifestação cultural do Brasil que é a capoeira, que está quase engajada em São Tomé e Príncipe. Na nossa cultura, os jovens não engajam, não participam, mas na capoeira estão. Enfim! Gostaria de saber se essa cooperação tem contrapartidas. Se se vem implantar uma cultura no país do outro, tem que haver uma contrapartida. Não sei como é que foi isso. Acho que é triste entrar na casa do outro e implantar uma coisa, quando a nossa própria cultura está a desaparecer.

Falo isso porque dirigia um grupo de *txilôli* que o próprio Estado não apoiava. Por isso, gostaria de saber como é essa cooperação, porque ninguém dá sem receber, ninguém recebe sem dar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente é para ajudar o Sr. Deputado Ivo Mendonça.

Creio que o Sr. Ministro irá responder, mas das informações que tenho, também passei pelo governo, a capoeira vem no âmbito de um protocolo da CPLP que está a ser instalado em São Tomé e Príncipe, com o apoio técnico e grande parte financeiro da Cooperação Brasileira.

É virado mais para a área desportiva e vai ao encontro dos jovens naquilo que é o associativismo, a formação e a capacitação. Penso que também privilegia a ocupação dos tempos livres, porque esses jovens, ao invés de irem fazer outras coisas menos abonatórias, reúnem-se, ajudam-se mutuamente. É um processo formativo e advém daquilo que é a formação, a componente da educação não formal, para transmissão de alguns valores.

Penso que devemos aproveitar os benefícios que podem trazer essa prática.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer ao Sr. Ministro pela resposta que havia dado à minha pergunta.

Há uma questão que foi levantada por um dos deputados, não sei como é que o Sr. Ministro encarrou a preocupação do colega, mas gostaria de felicitar o Sr. Ministro por ter convidado o Sr. Ministro da Educação de Portugal e também dinamizar algumas acções que visem dar melhor crédito ao ensino superior em São Tomé e Príncipe. Porquê? Temos o caso, em São Tomé, de algumas situações que é preciso termos em conta.

Um licenciado não deve dar aulas numa universidade. Quem deve dar aulas numa universidade, no mínimo, deve ser um mestre ou então doutorado. E temos essa situação em São Tomé e Príncipe. Por isso, quando o Sr. Deputado levantou essa questão de inspecção e fiscalização, independentemente do aspecto que tem a ver com biblioteca e laboratório, que também fazem parte, de facto tenho notado essa preocupação. Temos o exemplo, em São Tomé, de um professor que está numa universidade, não vou dizer cá o nome, onde ele fez a formação, nem licenciado é. Tenho conhecimento disso, porque quando ele foi a uma universidade para fazer a equivalência, a universidade não aceitou e disse que a formação que ele tem nem é licenciatura. Essa pessoa dá aulas numa universidade em São Tomé.

Quero congratular-me com o Sr. Ministro da Educação pelo facto de fazer alguma coisa para credibilizar o ensino superior em São Tomé e Príncipe, isso passa por mais mestrados e doutoramentos, porque de facto é preciso ter atenção. Muitas vezes tapamos o sol com a peneira, quando sabemos que há estudantes que nem sequer têm a 11.^a e 12.^a classes e estão a estudar na universidade. É também uma questão de fiscalização, de inspecção, saber quais são os critérios de admissão para essas universidades.

Politicamente pode não ser correcto ter determinadas acções, mas é preciso começarmos a colocar o dedo na ferida de facto. Acho que esse passo que o Ministério da Educação deu é um passo encorajador que deve ser valorizado e deve dizer-se que foi uma iniciativa boa, tentar fazer algo para credibilizar um pouco mais o ensino superior em São Tomé, com novos cursos de doutoramento, aumento do número de mestres, para as universidades públicas e privadas, porque não se pode preocupar apenas com a parte pública, mas também com a parte privada. Formar mais mestres e mais doutores é uma forma de dar mais crédito às universidades em São Tomé e Príncipe, quer públicas, quer privadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Ministro da Educação, Cultura e Ciência: — Começando pela Sra. Deputada Beatriz Azevedo, quanto ao espaço recreativo que foi emprestado pelo Ministério da Educação, infelizmente tenho que dizer que ainda vamos continuar lá por algum tempo, até conseguirmos acabar a escola e o liceu.

Nessa questão de escolas, há elementos que muitas vezes não tomamos em consideração, que é de trabalhar com os dados estatísticos e ver a sua evolução. Quando andamos pelos nossos bairros, vemos, sobretudo no ensino básico, muitas crianças. Será que agora os pais estão a produzir mais? Hoje a qualidade de vida melhorou bastante. Uma das causas da mortalidade infantil era o paludismo e hoje está praticamente quase nulo. Tudo isso faz com que se tenha maior entrada no sistema de ensino e vai disparar também noutro ciclo. Com a reforma do ensino básico, disparou também para o ensino secundário.

É difícil dizermos hoje que não vamos ter falta de salas de aulas. Vamos ter problemas de salas de aulas ainda por alguns tempos.

Quanto a bolsas de estudo, a Sra. Deputada perguntou se pode falar com o Presidente da Câmara de Caué para enviar a nota de pagamento. Ele pode enviar, mas se vai ser pago é que não sei, porque não temos como pagar. Os estudantes que estão lá fora nessa situação não são só os de Caué, são mil e tal alunos nessa situação. Para àqueles que estão no sistema de bolsas, estamos com 18 meses de atraso se engrossarmos a lista agora é que não vamos pagar nem um, nem outro. É difícil.

A nível de bolsas internas, posso garanti-la que todos os distritos estão contemplados, todos os estudantes, independentemente da sua origem, ou região, estão contemplados com bolsas de estudo.

Já em 2012, criamos um despacho com normas de concessão de bolsas de estudo no exterior. Esse despacho está feito de uma maneira que dá uma vantagem a certos estudantes, certas localidades, certos distritos. Aplicamos isso desde 2011, 2012, a equipa de avaliação de bolsas de estudo é uma equipa multidisciplinar, havia pessoas de vários quadrantes políticos que fazia a avaliação, portanto, permitia essa selecção. Infelizmente, em 2013/2014, isto não aconteceu. Se os alunos de Caué não foram, não sabemos.

Sr. Deputado Ivo Mendonça, sobre a contrapartida, a questão foi levantada por ser capoeira, não é? O senhor nunca perguntou se o *kung-fu* e o *taekwondo* que são ensinados aqui é um problema ou não. Nunca levantou esse problema. Acho que o problema está na capoeira, mas não é a capoeira que vai matar o nosso *txiloli*, nós é que o matamos.

Porque é que é mais atractivo ir para uma coisa e não para a outra? Porque é que não dinamizamos o nosso *jogo* de cacete? Porque é que a nossa *bisca 61* não é mais dinamizada?

O jogo de capoeira é desenvolvido nos bairros. O basquetebol é desenvolvido nos bairros. Nós é que vamos desenvolver as coisas, se quisermos. Quando começarmos a desenvolver as coisas, as pessoas começam a aderir automaticamente e entra na moda. Aquilo que é proibido gera mais apetite, então, não vale a pena proibir. A estratégia é desenvolver novas ofertas, criar novas coisas com que eles possam se ocupar nos seus tempos livres. A capoeira trabalha a mente, o corpo, etc., e as artes marciais também. Porque é que dizemos que as pessoas que passam pela tropa têm outro comportamento? Porque o tempo de recruta é um tempo de preparação física e mental, ajuda as pessoas a se organizarem. Precisamos dessas coisas noutros quadrantes desportivos e não temos. Cabe a nós desenvolvermos outros deportes para que os jovens encontrem alternativas. Se não houver, aquilo que está mais disponível, eles vão.

A intervenção do Sr. Deputado Abnildo foi um complemento.

O Sr. Deputado José António, quando dei o exemplo dos nossos diplomas, estava mesmo a falar disso. Quando montamos sistemas de creditação de cursos, o diploma que comprova que estudei em Roma também tem que ser apresentado. Não quer dizer que estudei em Roma, Paris ou Inglaterra que automaticamente o meu diploma é válido. Não há nenhuma lei que certifique que esse diploma que veio de Inglaterra é válido, aqui em São Tomé.

Quando montarmos o sistema de certificação, cada um vai ter que apresentar o seu diploma. Se fez na Rússia, no Brasil ou em Paris tem que corresponder. Se não corresponder, se falta mais uma cadeira, então vai para a universidade completar a referida cadeira, para ter a licenciatura correspondente aqui em São Tomé e Príncipe. É isso que se faz em toda a parte do mundo. Mas para isso tem que ser montado um sistema de creditação, não é uma coisa que se faz de um dia para outro. Tem-se que ter pessoas preparadas, formadas para fazer esse trabalho e uma equipa alargada.

Quando o Sr. Deputado Aérton do Rosário falou, não quis irritá-lo, porque sei de que instituição estava a falar. Não disse o nome, para não dizerem que Olinto Daio quer fechar mais instituições, como em 2012 disseram que eu queria fechar certas instituições.

Em Portugal, o ministro mandou fechar 158 cursos, porque não correspondiam, mas não posso chegar e dizer só de boca que aquele curso não tem valor. Isso é mediante um sistema de creditação que vai dizer que para ter esse curso precisa de 180 horas, onde estão essas 180 horas? Precisa de 15 horas de química, onde estão? Não houve essas horas, então fecha-se o curso, mas não é só chegar lá e mandar fechar. Temos que ter um sistema de creditação e de avaliação montado, se não corresponder é que se fecha. Temos que definir o perfil de entrada, o quadro de regime jurídico do ensino superior. Qual é a entrada para se ser professor universitário?

O Sr. Deputado falou que um licenciado não pode dar aulas na universidade, mas depende. No contexto são-tomense, não temos doutores, mas atenção, o primeiro e o segundo ano de licenciatura um licenciado pode leccionar, ou até terceiro. Temos carência, cada país organiza-se como puder, mas temos que ter isso

definido e depois começar a agir. Não é chegar só e tomar medidas. Tomamos medidas com base em quê? Será ilegal também. O licenciado pode dar aulas no 3.º e 4.º ano, mas associado a um professor mestre ou doutorado, mas temos que ter isso regulamentado. Mesmo na Europa diverge de universidade para universidade.

Outra coisa que vamos implementar também é o exame de admissão ao ensino superior. As universidades vão ter que comunicar ao Ministério quantas vagas irão abrir em cada ano lectivo. Não é só abrir cursos e abrir vagas e toda a gente entra. Tem-se que definir quantas vagas e depois é lançado o exame nacional de admissão ao ensino superior. Quem sabe, passa, quem não sabe, fica.

Como dissemos, em relação a essa questão de diplomas, vamos negociar com a Casa da Moeda, para fazer a folha de diplomas, para que cada um não manipule certificados e diplomas. O próprio sistema de gestão escolar vai permitir automaticamente confirmar se esse aluno estudou nessa escola ou não, se as notas são verdadeiras ou não. São coisas que se vai combater a curto e médio prazo.

Pelo que percebi eram as últimas intervenções, não sei se posso concluir.

Risos gerais.

Agradeço a colaboração dos Srs. Deputados.

Todos dizemos que a educação é fundamental, é prioritária, mas não deve ser apenas no discurso, deve ser uma questão real em que todos devemos trabalhar, para que seja realmente uma condição para o desenvolvimento do País.

Mesmo quando há eleições, a Comissão Eleitoral requisita todos os professores, as escolas ficam abandonadas. São coisas que os Srs. Deputados podem ajudar-nos a normalizar, para que a escola não fique vítima dessa situação que tem provocado muitos constrangimentos na qualidade do nosso sistema.

Quanto à questão da segurança nas escolas, mesmo o Liceu Nacional que tem vedação, continuam a ir lá pessoas adultas esbofetear os jovens. Ainda há duas semanas entrou lá um adulto e esbofeteou o jovem que estava a falar com a moça, que era namorada do outro homem. Tem que ser um trabalho de toda a gente, não é só do Ministério da Educação. É necessário uma sensibilização. Quando puderem, nas vossas intervenções, apelem à sociedade para todos estarmos envolvidos, para garantir a qualidade da nossa educação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, desculpe, ficou uma questão por responder. A questão de incentivo ao grupo Calema.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Ciência**: — Vieram muitas respostas para cabeça e não sei qual delas devo dar.

A Sra. Deputada fez uma pergunta que acho que é rasteira. A Senhora sabe muito bem quem fez o concurso. Anualmente quem faz esse concurso é a Radio Nacional. É um concurso da Rádio Nacional, não é da Direcção da Cultura. Se houvesse 50 rádios, poderiam fazer o seu concurso. Quem faz o concurso, dá o seu prémio.

É propósito do Ministério da Cultura criar um prémio da cultura de vários domínios, com júris próprios e pessoas próprias. Há uns 3 anos, alguém pagou as pessoas para ligarem e o elegerem como figura do ano. O Estado vai lá premiar a pessoa, porque é figura do ano? Não. Isso tem que ser com critérios próprios. Como vemos nos outros países, não é só premiar, é lançar concurso com regras e cada um concorre. Se eu tenho a minha música, concorro.

Se calhar, há um são-tomense com música boa também, mas só que não é ouvida; ou não tem qualidade, ou no caso de um escritor, infelizmente as pessoas que votaram nunca leram o seu livro, não é escritor do ano.

Por exemplo, lançamos, em 2012, o prémio Francisco Tenreiro e quem ganhou foi a escritora Olinda Beja, que está a residir no exterior. Quem está aqui mesmo perdeu. Tem que haver critérios, dizer «atenção, há um concurso de música, de forma que o músico são-tomense que está em Londres ou na Austrália também possa concorrer.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro por ter vindo, o seu orçamento sai na especialidade como entrou, intacto.

Srs. Deputados, declaro encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 40 minutos.